

A Monarquia do Norte (1919) no discurso iconográfico da *Ilustração Portuguesa*

The Monarchy of the North (1919) in the iconographic discourse of the Ilustração Portuguesa

JORGE PEDRO SOUSA^a

Universidade Fernando Pessoa. Porto

FÁTIMA LOPES CARDOSO^b

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social. Lisboa, Portugal.

CELIANA AZEVEDO^c

Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Ciências da Comunicação e Linguagem. Setúbal, Portugal.

^aProfessor catedrático de Jornalismo da Universidade Fernando Pessoa, onde coordena o doutorado em Ciências da Comunicação, e investigador integrado do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0814-6779>. E-mail: jpsousa@ufp.edu.pt

^bProfessora adjunta da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL), coordenadora do curso de Licenciatura em Jornalismo e investigadora do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7093-7881>. E-mail: mlcardoso@escs.ipl.pt, fatimalcardoso@gmail.com

^cProfessora adjunta convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE/IPS) e investigadora integrada do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1768-2525>. E-mail: celiana.azevedo@esc.ips.pt

RESUMO

Em 19 de janeiro de 1919, tropas revoltosas proclamaram, no Porto, a reinstauração da Monarquia, logo seguidas por outras guarnições do norte de Portugal. O domínio monárquico em quase todo o norte do país, em particular do Porto, não teve equivalente a sul. A confrontação que se seguiu entre os revoltosos monárquicos e os republicanos levou ao fim da Monarquia do Norte em 13 de fevereiro. A investigação que aqui se apresenta visou a desvelar, por meio de um estudo quantiquantitativo, a estrutura do discurso iconográfico que a *Ilustração Portuguesa*, única revista ilustrada coeva de grande circulação, construiu sobre esse episódio. Partiu-se da hipótese de que o discurso da *Ilustração Portuguesa* se alinhou com o poder governamental republicano, que controlava a capital, sede da revista, e a maioria do território do país. Os dados permitiram validar a hipótese, pois a narrativa iconográfica da revista glorifica a República e os seus “heróis”, transformando a publicação em um instrumento de “infopropaganda” a serviço do poder estabelecido em Lisboa.

Palavras-chave: Monarquia do Norte, Portugal, *Ilustração Portuguesa*, iconografia, análise do discurso

ABSTRACT

On January 19, 1919, rebellious troops proclaimed, in Oporto, the reinstatement of the Monarchy, soon followed by other garrisons in the north of Portugal. Monarchist rule in almost all of the north of the country, particularly in Oporto, had no equivalent in the south. The ensuing confrontation between monarchist insurgents and republican forces led to the end of the Monarchy of the North on February 13. This research aimed to unveil, with a quantitative and qualitative study, the structure of the iconographic discourse that *Ilustração Portuguesa*, the only large-circulation contemporary illustrated magazine, built about this episode. It was accepted the starting hypothesis, that the discourse of the *Ilustração Portuguesa* was aligned with the republican governmental power, which controlled the capital city, where the magazine had its headquarters, and most of the country. The magazine's iconographic narrative glorifies the Republic and its "heroes," transforming the publication into an instrument of "infopropaganda" at the service of the established power in Lisbon.

Keywords: The Monarchy of the North, Portugal, *Ilustração Portuguesa*, iconography, discourse analysis

EM 19 DE janeiro de 1919, tropas revoltosas proclamaram, no Porto, a reinstalação da Monarquia, logo seguidas por outras guarnições do norte de Portugal. O domínio monárquico em quase todo o norte do país, em particular do Porto, não teve, porém, equivalente a sul. Apesar de terem ocorrido intentonas monárquicas, Lisboa, o centro e o sul de Portugal permaneceram nas mãos dos republicanos. A confrontação que se seguiu entre os revoltosos monárquicos e os republicanos levou ao fim da Monarquia do Norte menos de um mês depois, em 13 de fevereiro, quando as instituições republicanas foram restabelecidas no Porto. O modo republicano de organização do Estado Português não mais foi abandonado.

Os coevos deram relevância ao acontecimento. Das obras contemporâneas dos fatos (Lima, 1919; Magalhães, 1925, 1934; Martins, 1922; Oliveira, 1919), fontes para as abordagens historiográficas posteriores (Ferreira, 1984; Marques, 1973, 1978, 1995; Mattoso & Ramos, 2001; Peres, 1954; Ramos, Sousa, & Monteiro, 2009; Resende, 2019; Rollo & Rosas, 2019; Santos, 2014; Saraiva, 2003; Silva, 2008), a mais relevante é *Monarquia do Norte*, obra em dois volumes do jornalista monárquico Martins (1922), cujo título contribuiu para fixar a denominação deste episódio histórico e dar-lhe uma conotação mais positiva do que a que tinha até aí ("Monarquia dos Trauliteiros").

Tendo sido disruptivo, imprevisto, violento e impactante, além de delimitável no tempo, o episódio da Monarquia do Norte foi notável e notado, tornando-se notícia na imprensa da época (Resende, 2019; Souto, 1989). Foi, portanto,

percebido como um acontecimento, como uma singularidade notória, na linha do raciocínio de autores como Adriano Duarte Rodrigues (1988) ou Adelmo Genro Filho (2012). E teve valor como notícia, por apresentar qualidades que levaram os jornalistas coevos a considerarem-no como tal: uma singularidade digna, um fato social notável e noticiável, dentro da linha interpretativa aberta por Galtung e Ruge (1965). Sobretudo, a Monarquia do Norte enquadra-se no campo dos acontecimentos dramáticos e que se desenvolvem no tempo, ao redor dos quais gira o jornalismo (Elliot & Golding, 1988).

A importância que a Monarquia do Norte teve na vida dos seus contemporâneos não teve idêntico impacto no estudo acadêmico de sua cobertura jornalística à época. Apesar de ter sido elaborada uma categorização e análise das matérias sobre a Monarquia do Norte retiradas dos diários oficiais (*Diário do Governo* e *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*), centrada nos comunicados oficiais (Souto, 1989), não existe qualquer outro estudo sobre o comportamento discursivo da imprensa coeva no decorrer deste episódio histórico, ainda que, ao tempo, a imprensa tivesse uma grande penetração na sociedade portuguesa, particularmente nos principais meios urbanos, vez que o jornalismo de cariz industrial e partidariamente independente se encontrava consolidado em Portugal (Lima, 2012; Matos, 2014; Sousa, 2021). Por exclusão de partes, também não existe qualquer estudo centrado na análise da cobertura iconográfica da Monarquia do Norte pela imprensa (nem por qualquer outro suporte), apesar de, nesse momento da história, o fotojornalismo já estar consolidado em Portugal, como prática e ofício (Sousa, 2020), graças a fotógrafos como Joshua Benoliel, Arnaldo Garcês, Anselmo Franco e Dinis Salgado. Esta investigação pretende contribuir para suprir essa lacuna.

Uma análise da cobertura iconográfica do evento pela imprensa teve de passar pelo estudo da única revista ilustrada informativa portuguesa de circulação nacional publicada ao tempo, a *Ilustração Portuguesa* (Sousa, 2017; Sousa, 2020), palco fundamental da fotografia jornalística e documental portuguesa entre 1903 e 1924 (Manique & Proença, 1990; Serén, 2004).

A investigação partiu da seguinte questão: qual foi a narrativa iconográfica – contando com o texto verbal correlacionado – que a *Ilustração Portuguesa* construiu sobre a Monarquia do Norte, sabendo-se que os poderes estabelecidos procuraram instrumentalizar a imprensa para fins de propaganda e manipulação, não se coibindo de censurá-la e usar notícias falsas (Souto, 1989; Silva, 2008; Resende, 2019)? Partiu-se da hipótese de que, tendo em conta as circunstâncias específicas vividas em Lisboa, sede da revista, o discurso tanto fotográfico quanto verbal da *Ilustração Portuguesa* se alinhou com o poder governamental republicano, que controlava a capital e a maioria do território do país.

A MONARQUIA DO NORTE

Designa-se por Monarquia do Norte a episódica restauração do regime monárquico no Porto e no norte de Portugal, entre 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1919. Os republicanos coevos chamaram-lhe a “Monarquia dos Trauliteiros” (Lima, 1919; Oliveira, 1919), por causa da violência caceteira e do terror que se teria abatido sobre os opositores (cf. Silva, 2008). Mais simpático para com os revoltosos, o jornalista monárquico Martins (1922) denominou o acontecimento como “Monarquia do Norte”, designação com que entrou na história. Nuno Resende (2019), não negando episódios violentos, enfatiza que a história escrita pelos vencedores deu à Monarquia do Norte uma versão violenta, “caciqueira” e simplista, que nem sempre casa quer com os fatos quer com os testemunhos públicos e memorialísticos; ele também observa que algumas ocorrências podem ter resultado de simples vinganças pessoais, e não de violência superiormente orquestrada e sistemática sobre os republicanos.

É preciso recuar no tempo para se entender a intentona monárquica. A fase inicial da Primeira República, dominada pela hegemonia do Partido Democrático e de Afonso Costa, teve um fim abrupto em dezembro de 1917, devido ao triunfo do golpe de Estado protagonizado por Sidónio Pais. Apoiado por militares e pelos setores conservadores da sociedade portuguesa, Sidónio tentou instituir uma “República Nova”, presidencialista e conservadora, que, regida por uma profunda revisão da Constituição, trouxesse ordem e estabilidade ao país. Na fase final do seu consulado, em novembro de 1918, autorizou os oficiais do Exército a formar juntas militares, entre as quais se destacaram as de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora. Essas juntas tinham por objetivo defender o regime, mesmo na eventualidade do impedimento ou morte do Presidente da República, mas nelas predominariam sentimentos monárquicos (Silva, 2008, p. 21).

Em 14 de dezembro de 1918, Sidónio foi assassinado. A sua morte trouxe, de novo, instabilidade à República. Os democráticos agitaram-se. O governo, ainda na posse dos sidonistas, conseguiu, por sua vez, debelar a intentona dos democráticos e outros republicanos, em Santarém, entre 10 e 15 de janeiro. Os revoltosos exigiam o regresso à ordem constitucional de 1911. Mas um sidonismo sem Sidónio parecia condenado ao fracasso. Para não aceitar, novamente, a hegemonia dos democráticos e a Constituição de 1911, alguns monárquicos viram uma solução – e uma oportunidade – na restauração da monarquia.

O prestigiado oficial monárquico Paiva Couceiro, líder das incursões monárquicas de 1911 e 1912¹, logrou obter a cumplicidade da junta militar do Porto. A restauração da Monarquia e de D. Manuel II² foi, assim proclamada no Porto, em 19 de janeiro de 1919. Paiva Couceiro intitulou-se regente do Reino de Portugal. A proclamação que justificava a mudança do regime

¹ Ataques de monárquicos descontentes com a imposição da república ao norte de Portugal, a partir da Galiza.

² Conforme narra Martins (1922), D. Manuel II, que não foi consultado, nunca evidenciou qualquer concordância com o golpe que procurou restaurá-lo à chefia do Estado e manteve uma atitude dúbia para com os golpistas. O historiador José Hermano Saraiva (2003, p. 112) diz o mesmo.

apontava para a necessidade de salvar a Pátria, colocada em perigo pela demagogia e anarquia republicanas.

Os monárquicos revoltosos formaram uma Junta Governativa Provisória do Reino. Estariam convencidos de que o país aderiria em massa à restauração da monarquia. Luís de Magalhães escrevia, em 1925, passados seis anos do acontecimento, que a Monarquia do Norte tinha, precisamente, resultado de um equívoco de alguns monárquicos, convencidos de que a grande força do sidonismo³ residiria numa suposta maioria monárquica nacional que estaria disposta a aceitar a restauração da Monarquia. Não foi assim. Em Lisboa, o Governo – que ainda tinha uma base sidonista e era apoiado por um número significativo de militares – conseguiu controlar, com o apoio de populares republicanos chamados às armas, uma revolta de oficiais monárquicos⁴, que irrompeu a 24 de janeiro, chefiada pelo representante de D. Manuel II em Portugal, Aires de Ornelas. As divisões entre os monárquicos eram tão fortes que Aires de Ornelas condenara o golpe de Paiva Couceiro, ocorrido dias antes (Ramos, Sousa & Monteiro, 2009, p. 611). Em 27 de janeiro, na sequência dos acontecimentos, toma posse um governo de “unidade republicana”, à frente do qual estava José Relvas. O novo Governo republicano durou de 27 de janeiro a 30 de março de 1919.

Os monárquicos procuraram fazer-se fortes no Porto, onde teriam ocorrido episódios de violência caceteira para controle da oposição republicana, centrados, sobretudo, no cineteatro Êden, sede das milícias populares monárquicas. Nuno Resende (2019), contudo, salienta que essa imagem dos acontecimentos foi dada pela imprensa, controlada e manipulada pelo poder republicano, que também era violento e não se coibiria de exercer essa violência mesmo nos tribunais (Dias, 1923, p. 311). Os relatos da época, assinala Resende (2019, p. 294), são contraditórios e os tribunais “pouco puderam provar à luz de provas e de testemunhos fiáveis o que se tinha realmente passado”.

No Porto, a junta legislava intensamente, vertendo a nova legislação num *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, nomeava governadores civis para o Porto, Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Vila Real, Viana do Castelo e Viseu⁵, mas também Portalegre, e tomava medidas administrativas (Marques, 1995, p. 572; Resende, 2019); enquanto isso, o Governo reagiu e começou a deslocar as suas forças para subjugar a Monarquia do Norte. Em 13 de fevereiro, o Exército entrou no Porto, pondo fim à conspiração. As operações militares, em outros locais, concluíram-se no dia 20, com a extinção de todos os focos de resistência monárquica e o regresso da ordem republicana a todo o país.

José Mattoso e Rui Ramos (2001, p. 527) argumentam que a tentativa de restauração da Monarquia falhou porque seus partidários se uniam somente pela sua insatisfação perante a república; tudo o mais os desunia, o que teria

³ O sidonismo foi a fase da Primeira República que decorreu entre o golpe militar que levou Sidónio Pais ao poder, em dezembro de 1917, e o fim do regime, que se desfez após seu assassinato, em dezembro de 1918.

⁴ Revolta de Monsanto.

⁵ Coincidia com o território que a junta reivindicava.

feito com que o golpe monárquico de janeiro de 1919 estivesse condenado desde o início. Diga-se, aliás, como enfatiza José Hermano Saraiva (2003, p. 112), D. Manuel II não se solidarizou com a revolta do Porto, ainda que seus adeptos tenham proclamado a restauração da Monarquia em seu nome e estivessem prontos para o reentronizar. A Monarquia do Norte exauriu os monárquicos. Foi, na verdade, o canto do cisne da Monarquia em Portugal.

METODOLOGIA

Utilizou-se uma metodologia assente numa análise qualiquantitativa do discurso verbal e visual sobre a Monarquia do Norte na *Ilustração Portuguesa*.

O estudo seguiu uma linha hermenêutica e heurística. Assim, tendo por base os contributos de Ricoeur (1987), Maidment (1996), Gadamer (1999) e Scheufele (2008a; 2008b), procurou-se desconstruir, apresentar, interpretar e compreender o discurso sobre a Monarquia do Norte na revista analisada, com ênfase na fotografia, desde as perspetivas sincrônica e diacrônica. Foram identificados os enquadramentos, no sentido que lhes foi dado por Goffman (1974), do discurso da *Ilustração Portuguesa* a respeito da Monarquia do Norte, considerando os temas, os elementos formais da linguagem, nomeadamente as articulações entre o verbal e o visual, os recursos simbólicos e expressivos, as sequências discursivas e os exemplos iconográficos que mais nitidamente pudessem traduzir os sentidos propostos nas peças.

Por outras palavras, buscou-se desvelar a forma como os enquadramentos para o acontecimento foram sendo construídos e propostos, os significados que os enunciadores teriam pretendido dar às suas mensagens, os significados que estas mensagens tiveram e suas implicações, ponderando o contexto histórico coevo. Considerou-se, pois, que cada peça e cada unidade discursiva verbal ou iconográfica se relacionava, intertextualmente, com outras matérias e unidades discursivas no mesmo ou em outros suportes, sincrônica e diacronicamente, e, contextualmente, com os padrões culturais que regem a interpretação do mundo, em cada momento histórico, por indivíduos ou por conjuntos de indivíduos que vivem num determinado espaço social, no qual existem referentes culturais partilhados (Scheufele, 2008a).

Para a detecção, recolhimento e sistematização de dados, procedeu-se à leitura sequencial de todos os números da *Ilustração Portuguesa* publicados após 19 de janeiro de 1919, verificando-se que a Monarquia do Norte só foi noticiada a partir do número de 3 de fevereiro, prolongando-se, no entanto, a narrativa sobre o episódio até a edição de 9 de junho. Identificaram-se, assim, sistematicamente, as matérias que se referissem à Monarquia do Norte, *corpus* da investigação,

publicadas na *Ilustração Portuguesa* entre 3 de fevereiro e 9 de junho de 1919. Em seguida, estruturou-se, por desconstrução e reconstrução, uma narrativa diacrônica descritiva sobre o episódio histórico, elaborada a partir da leitura sistemática e cronológica das peças nas quais se inseriram as unidades e os segmentos discursivos iconográficos e verbais reveladores dos padrões de significado propostos pela revista, incluindo sequências discursivas verbais contextualizadoras e orientadoras da leitura das imagens e elementos iconográficos suscetíveis de exemplificar os aspectos centrais da cobertura do acontecimento, além da maneira como tal cobertura evoluiu, com destaque para a fotografia.

Consideraram-se os contributos positivos que as técnicas quantitativas, intensivas, de análise de um discurso podem oferecer à solidez de uma pesquisa (Scheufele, 2008b, pp. 972-978). Assim, operacionalizou-se uma análise quantitativa do discurso, também denominada análise de conteúdo (Dominick & Wimmer, 1996, pp. 174-191). As peças foram codificadas em categorias definidas pelos seus núcleos temáticos. As imagens foram categorizadas de acordo com o tipo e gênero, bem como pelo seu tema. Os resultados expressaram-se por frequência absoluta (valores absolutos) e por frequência relativa (porcentagens).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Ao tempo da Monarquia do Norte, a *Ilustração Portuguesa* era a única revista ilustrada semanal de informação geral e circulação nacional publicada em Portugal. Pertencia ao grupo do jornal *O Século*, um diário industrial e independente – de cuja redação fizeram parte, inclusivamente, jornalistas monárquicos conhecidos, como Rocha Martins e Carlos Malheiro Dias – que conservava, no entanto, vestígios da ideologia republicana com que tinha sido fundado (Sousa, 2021).

No momento dos acontecimentos, a *Ilustração Portuguesa* era dirigida por Silva Graça, proprietário do grupo de *O Século* (Sousa, 2017). A revista tirava cerca de 25 mil exemplares (Sousa, 2017, p. 373) e distinguia-se pelos conteúdos fotográficos e, especificamente, fotojornalísticos, alimentados por correspondentes e fotógrafos profissionais e amadores que, gratuitamente, enviavam seus trabalhos para a publicação, sendo o principal deles, à época, o fotojornalista Anselmo Franco. As suas capas, vistosas, focavam as mulheres, retratando personalidades das artes e dos espetáculos, figuras femininas associadas, por laços familiares, ao regime republicano – uma espécie de “nova aristocracia” que substituiu a antiga nobreza do tempo da Monarquia –, bem como imagens encenadas sobre os costumes rurais portugueses, em que quase sempre uma jovem mulher, trajada tradicionalmente, encarnava uma camponesa, uma

lavadeira ou qualquer outra ocupação pitoresca. Tratava-se, neste caso, de um documentarismo encenado, bucólico, pictorialista, que explorava estereótipos nacionais associados ao mundo rural, mas que sugeria tranquilidade, podendo funcionar, simbolicamente, como um elemento socialmente apaziguador perante a violência e instabilidade que marcaram a Primeira República e abriram as portas para que os portugueses viessem a aceitar um regime ditatorial, a partir de 1926.

Para análise da cobertura da Monarquia do Norte, analisaram-se os números entre 3 de fevereiro e 9 de junho de 1919, edições em que foram publicados os primeiros e os últimos conteúdos jornalísticos sequenciais sobre tal episódio histórico. Inventariaram-se 47 peças, embora, em vários casos, as referências à tentativa de restauração monárquica no norte do país sejam indiretas, inseridas em peças cujo tema central é outro, até porque, em Lisboa, sede da revista, viveu-se a revolta monárquica de Monsanto, da qual o Governo republicano da capital saiu vitorioso.

Entre 3 de fevereiro e 9 de junho de 1919, contabilizaram-se na *Ilustração Portuguesa* 308 imagens relacionadas com a Monarquia do Norte, repartidas por fotografias, reproduções de documentos (selos, bilhetes postais, documentos administrativos, entre outros) e desenhos (esboços de acontecimentos, retratos). Na codificação e categorização das imagens, verifica-se uma certa diversidade na abordagem visual da *Ilustração Portuguesa* à Monarquia do Norte. As imagens que dizem respeito aos retratos individuais e coletivos de protagonistas do campo monárquico, quase sempre conotados negativamente pelo texto, correspondem a 4,9% das imagens publicadas. Não obstante, com 29,9% de frequência relativa, os retratos dos “heróis” republicanos, protagonistas da vitória da República, são a categoria mais relevante. A essas imagens podem juntar-se, considerando as pistas de leitura do mundo sugeridas pela *Ilustração Portuguesa*, os registros visuais da mobilização, preparação e partida empolgada das forças republicanas (2,3%), incluindo voluntários, e do seu regresso triunfante e vitorioso (igualmente, 2,3% das imagens).

As imagens de ajuntamentos de pessoas – normalmente em planos gerais que destacavam a massa humana, ou em planos de conjunto que fechavam o campo fotográfico para dar força simbólica aos grupos de pessoas –, designadamente no contexto de manifestações de apoio à República (10,7% das imagens), também serviram para evidenciar a força desse lado. Curiosamente, só 0,6% das imagens dizem respeito à ação de governantes republicanos, mais especificamente, a uma visita do ministro da Justiça, Francisco Couceiro da Costa, a Aveiro, onde as forças monárquicas foram travadas. Seria expectável que o Governo de unidade republicana tivesse tido maior protagonismo, real e visual. As imagens que satanizavam as ações dos monárquicos, como aquelas que procuraram provar e dar testemunho da violência e destruição provocadas pela

intentona, atingem 16,2% em peso relativo. É visível, assim, a opção discursiva maniqueísta protagonizada pela *Ilustração Portuguesa*, opondo os republicanos, visualmente enaltecidos, aos monárquicos, aviltados.

As representações visuais das ações militares têm apenas um peso percentual de 10,4% na cobertura iconográfica da Monarquia do Norte pela *Ilustração Portuguesa*. Aliás, não existindo ainda, apesar da extensa cobertura iconográfica que a Primeira Guerra Mundial mereceu (Sousa, 2013, 2015), um fotojornalismo de guerra, como aquele que se concebeu a partir da Guerra Civil de Espanha (Sousa, 2000), os combates entre monárquicos e republicanos em Portugal foram *indiciados*, mas não *mostrados*. As imagens sobre os espaços onde as forças se confrontaram (10,7% do total) serviram, nesse contexto, sobretudo para localizar e contextualizar o leitor, tanto quanto os registros fotográficos de destruição, aos quais já se aludiu, documentaram e provaram a violência da luta – e também da repressão.

As reproduções iconográficas de objetos e documentos (12% do total de imagens) por vezes eram simples curiosidades que humanizavam e distendiam a cobertura visual da Monarquia do Norte (é o caso de um boné abandonado por Paiva Couceiro, como veremos mais adiante, na Figura 8). Outras, porém, provavam, positivamente, o esforço de organização administrativa empreendido pelas autoridades monárquicas do Porto, passando, por exemplo, pela emissão de selos de correio.

Nas edições de 20 e 27 de janeiro de 1919 da *Ilustração Portuguesa*, talvez por falta de tempo, não há qualquer alusão à Monarquia do Norte. A edição de 3 de fevereiro é, majoritariamente, dedicada à revolta monárquica de Monsanto, em Lisboa, onde se localizava a sede da revista, ainda que entre os temas cobertos estivesse também a revolta de Santarém. A intentona do Porto é referida apenas indiretamente, devido ao alistamento de voluntários republicanos e às confrontações que se verificavam a norte: “a guerra civil continua no norte, acesa, renhida, imolando muitas vidas” (*Ilustração Portuguesa*, 1919a, p. 82).

A revista enquadra a revolta de Monsanto e a Monarquia do Norte como consequências da fragilidade do regime e da repressão dos opositores por parte de quem tinha exercido o poder na República. Mas também condena as intentonas monárquicas pela instabilidade e pela guerra que, além de fazerem correr o sangue de outros portugueses, prejudicavam economicamente o país e o envergonhavam. A revista é clara na anatematização de todos esses acontecimentos, os quais geravam “ondas de sangue” entre um povo que se ia trucidando e afetavam “a parte do país que trabalha, que quer viver em paz” (*Ilustração Portuguesa*, 1919a, pp. 82-84).

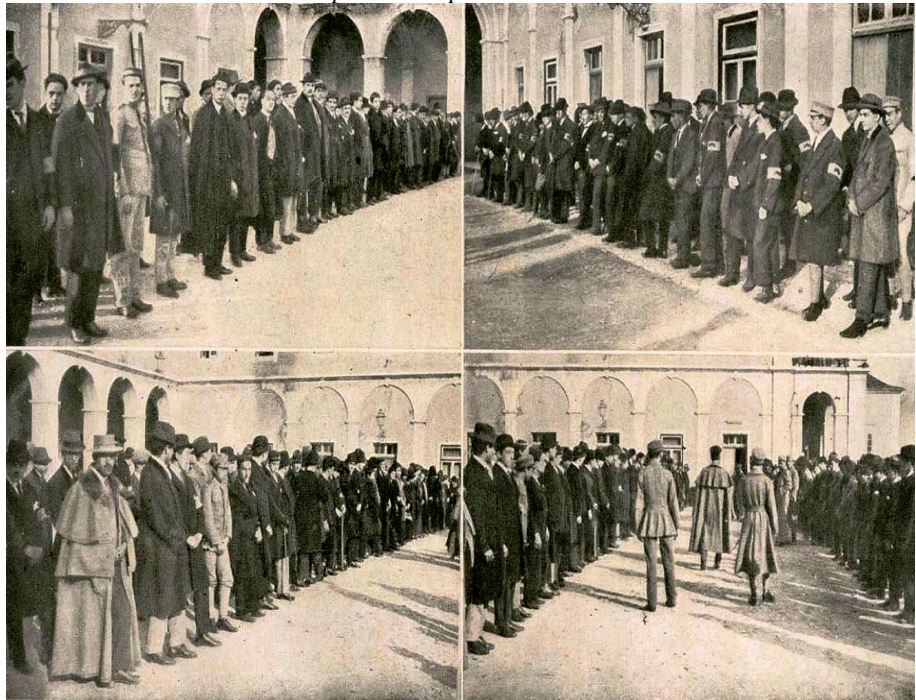
O texto verbal, além de dar conta ao leitor das movimentações que iam ocorrendo, nomeadamente no que diz respeito ao recrutamento de voluntários republicanos para combate às revoltas monárquicas, destacava também o “entusiasmo” que se sentia entre indivíduos que, animados pela “fé republicana”,

certamente combateriam os monárquicos do norte com o mesmo “ardor” com que tinham combatido os revoltosos de Monsanto, interligando, portanto, as intencionas monárquicas do Porto e de Lisboa.

O texto visual, pontuado pelas fotografias de Anselmo Franco, *documenta e prova* visualmente a mobilização de voluntários civis republicanos, reforçando, simbolicamente, pelo exemplo dos voluntários, a necessidade de empenhamento republicano na luta contra as intencionas de restauração monárquica (Figura 1). Os planos de conjunto, mais fechados que os gerais, consolidam a impressão de força transmitida pelas fotografias. Além de conferirem dinamismo às imagens, a presença de linhas de perspectiva no fotograma orienta o leitor para um ponto de fuga, criando a ilusão de profundidade e de dimensão do cenário, enquanto transmitem a ideia de que todos os intervenientes posicionados em filas no sentido oblíquo se reúnem para lutar pelo mesmo ideal. Como escreveu Justo Villafañe (2006): “Os vetores direcionais, gerados mediante as linhas ou por qualquer outro procedimento, além de criarem relações plásticas entre os elementos da composição, condicionam a direção da leitura da imagem” (p. 103).

Figura 1

Recrutamento de voluntários republicanos para o Batalhão Acadêmico



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919a, pp. 87-88. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

É de assinalar que as autoridades republicanas facultavam o trabalho dos repórteres, abrindo as portas dos quartéis à imprensa, já que era do seu interesse difundir notícias que contribuíssem para animar os republicanos e instigá-los à luta. A edição de 10 de fevereiro da revista, por exemplo, dá conta, verbal e visualmente, das manifestações favoráveis à República que se sucediam em Lisboa, do recrutamento de voluntários e da partida das forças republicanas da capital para o norte, onde iam combater os monárquicos. As palavras e as imagens foram usadas para mostrar a unidade e o entusiasmo entre os republicanos da capital e o apoio popular ao Governo da República. Observe-se:

. . . o povo republicano de Lisboa . . . levou a cabo com um entusiasmo indescrivível uma das mais calorosas e vibrantes manifestações que têm sido feitas em honra e apoio do Governo. Milhares de pessoas congregaram-se na Rotunda e desceram a Avenida empunhando bandeiras nacionais e erguendo vivas à Pátria e à República, a caminho do Terreiro do Paço, onde . . . o regime e os seus homens mais prestigiosos foram delirantemente aclamados. O orador, com uma franqueza e sinceridade impressionantes, afirmou que o Governo está resolvido a reparar todos os erros passados, mas que, para isso, precisa da confiança do povo. (Ilustração Portuguesa, 1919b, p. 101)

As imagens fotográficas, mais uma vez com o valor de prova e testemunho, dão conta da massa humana que ocorreu à manifestação republicana (Figura 2), reforçando a ideia, já sugerida pelo texto, de entusiástico apoio à República, de crença no regime republicano e da partida de marinheiros para o norte para combaterem os “insurretos monárquicos” com “fé republicana e grande entusiasmo”. O plano fechado da multidão concentrada em frente ao Ministério do Interior funciona como uma hipérbole visual de exaltação popular à república, ancorada pela legenda repleta de adjetivos como “grandiosa manifestação” e “afirmaram com ardor que a República sairá vitoriosa deste conflito”.

Cada registro de Anselmo Franco parece meticulosamente pensado para reforçar um ponto de vista específico e orientar o leitor para a leitura de vitória da causa republicana, sempre reforçada pela legenda. Na edição de 10 de fevereiro, um clichê (Figura 3) em plano de conjunto mostra o passo determinado de uma coluna da Marinha, com as armas ao ombro e a cabeça erguida rumo ao norte para combater os monárquicos. Embora a expressão militar pareça modesta, o fotógrafo serve-se das linhas curvas dos carris no chão para transmitir força ao acontecimento, conotação reforçada pela orientação diagonal dos soldados.

Figura 2
Manifestação republicana em Lisboa



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919b, p. 102. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

Figura 3
Partida de marinheiros para o norte



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919b, p. 103. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

No número de 17 de fevereiro, publicado já depois do fim da Monarquia do Norte, a *Ilustração Portuguesa* pôde assinalar a derrota da intentona monárquica, sob o título “O fim da luta”. A revista apelida a notícia de “faustosa”, uma vez que acabara “a terrível luta” que trazia o país “sob a mais lancinante das angústias, vendo os seus próprios filhos digladiarem-se ferozmente como se fossem inimigos de raça ou de religião” (*Ilustração Portuguesa*, 1919c, p. 121). É, mais uma vez, a celebração da necessária paz civil entre os portugueses que a revista promove no seu discurso, reforçando as ideias propostas a 3 de fevereiro. A *Ilustração Portuguesa* tem o cuidado de vincar, diplomaticamente, que a derrota da intentona monárquica não podia ser lida, de forma alguma, como uma derrota do Porto, mas apenas como a derrota dos que participaram, gratuitamente, de uma tentativa revolucionária de reinstituição da Monarquia, condenada ao fracasso de antemão – o que se veio a revelar certo. Aliás, na revista, escreve-se, claramente, que a cidade do Porto foi submetida a um “jugo” pelos monárquicos, mas que soube, graças ao seu “espírito liberal”, encontrar forças em si mesma para se libertar dos opressores.

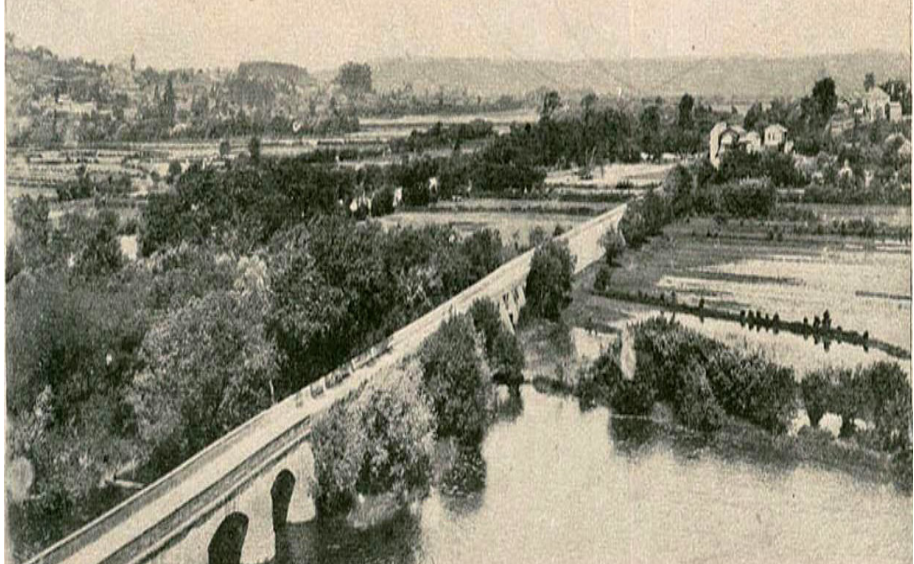
É, igualmente, na edição do dia 17 de fevereiro, que a *Ilustração Portuguesa* começa a abordar fotograficamente as operações no norte, com o apoio de fotógrafos locais (eventualmente também de algumas imagens de arquivo, sem autor identificado), os quais, como era usual, enviavam as suas fotografias para a revista, possivelmente para terem o seu nome publicado como autores, ganhando, assim, notoriedade e diferenciação entre os demais fotógrafos, profissionais ou amadores (uma espécie de *marketing* pessoal e profissional *avant-la-lettre*).

As fotos dão conta, sobretudo, dos espaços onde decorreram combates ou que tinham sido ocupados pelas forças monárquicas (Figura 4), sendo raros outros registos: uma coluna militar republicana em Aveiro (Figura 5); um dos hidroaviões da República amarrado em São Jacinto (Figura 6); e retratos de combatentes (Figura 7), um deles de um monárquico (Figura 8), chefe de um dos grupos de “trauliteiros”. Não há imagens de mortos ou feridos.

As fotografias, lidas em conjunto com o texto verbal, apontam para uma fase de *rescaldo* dos acontecimentos, de tranquilidade após a vitória republicana – triunfada a República, era tempo de reconstruir e sarar o país, conforme sugeria o texto. Curiosamente, foram publicadas, em sentido contrário, fotografias da partida de tropas para o norte, em janeiro. A novidade e a atualidade dos acontecimentos, ainda que não as dos registos fotográficos desses acontecimentos, não eram fortes critérios de valor notícia.

Figura 4

Alquerubim, ponto máximo do avanço monárquico a sul do Douro



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919c, p. 124. Créditos fotográficos: Manuel d'Abreu.

Figura 5

Coluna militar republicana passa por Aveiro



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919c, p. 122. Créditos fotográficos: Manuel d'Abreu.

Figura 6

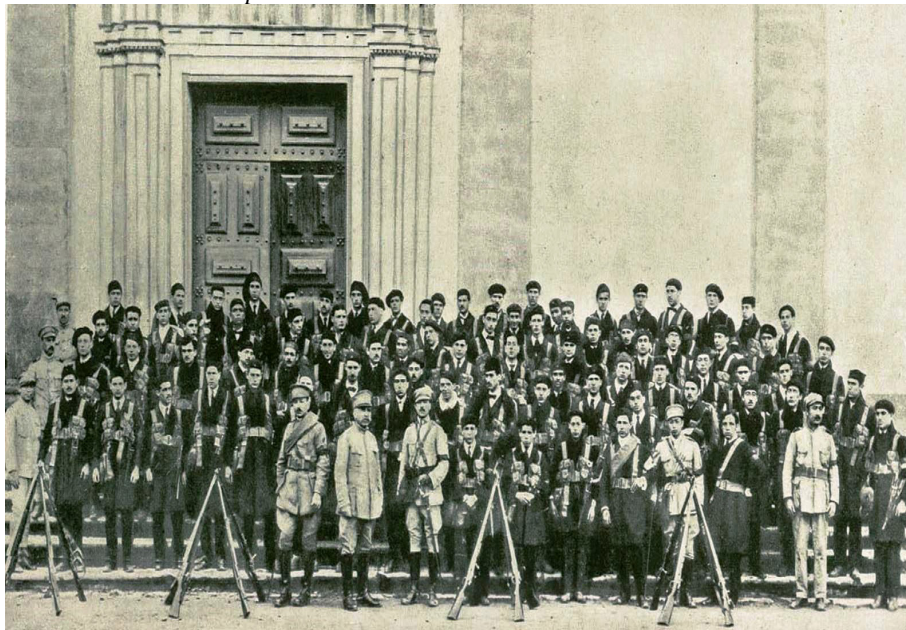
Hidroavião das forças republicanas



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919c, p. 121. Créditos fotográficos: Manuel d'Abreu.

Figura 7

Batalhão Acadêmico republicano de Coimbra



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919c, p. 125.

Figura 8

Líder de bando monárquico

Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919c, p. 121.

Embora a maioria dos títulos das peças publicadas pela *Ilustração Portuguesa* sobre a Monarquia do Norte possam ser vistos como relativamente neutros, a partir do final de fevereiro, quando a vitória republicana era uma certeza, a revista usou títulos enaltecedores do lado republicano, como “Em defesa da República”, e demonizadores do lado monárquico, como “Vítimas e algozes” e “O saque dos couceiristas em Bragança”. O número de 3 de março de 1919, publicado já bastante tempo depois de dominada a intentona monárquica, de algum modo estabelece a matriz temática do que seria a cobertura iconográfica da Monarquia do Norte nas páginas da revista, que, como se disse, se prolongou até o número de 9 de junho. A capa testemunha o registro visual do regresso a Lisboa de um dos novos “heróis” da república, que abraça a sua filha pequena (Figura 9). A foto de Anselmo Franco pretende gerar proximidade afetiva com o leitor, recorrendo à personalização centrada na figura do capitão da fragata da Marinha, figura de proa no combate às investidas das forças monárquicas contra a República. Conhecido na época pelo seu carácter

humanista, foi esse lado do futuro almirante Afonso Cerqueira que o fotógrafo da *Ilustração Portuguesa* pretendeu recriar.

É uma fotografia clássica, arquetípica, da cobertura do rescaldo de confrontações, que remete simbolicamente a um estado de normalidade do país e de retorno à ternura idealizada da vida familiar. A ideia do regresso triunfante e ovacionado das forças republicanas a Lisboa é traduzida, visualmente noutras fotografias, sendo digna de nota a bandeira da República Portuguesa agitada na frente da locomotiva que rebocou o trem (Figura 10). Dubois (1992, p. 11) corrobora este sentido ao afirmar que “a fotografia não é apenas uma imagem (o produto duma técnica e duma acção, o resultado dum fazer e dum saber fazer, uma figura de papel que se olha simplesmente na sua clausura de objecto acabado), é também, primeiramente, um verdadeiro acto icónico”.

Figura 9

Militar republicano regressa a Lisboa



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d capa. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

Figura 10

Forças republicanas recebidas em triunfo em Lisboa após a vitória sobre os monárquicos



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919d, p. 174. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

Barthes (1984) enfatizou que a sintaxe de imagens, como a sua justaposição, é um dos mecanismos de geração de sentido para as narrativas fotográficas. Uma confrontação de imagens, alegadamente uma da proclamação da monarquia e outra da restauração da República, no Porto, além de clarificar a tendência maniqueísta e tendenciosa da cobertura da *Ilustração Portuguesa*, pode, na verdade, demonstrar como as imagens podem ser instrumentalizadas para fins propagandísticos e difusão de mensagens falsas (Figura 11).

A primeira fotografia, que pretende dar conta da alegada falta de entusiasmo e frieza com que um pequeno conjunto de populares assistiu à proclamação da Monarquia, no Porto, pode não ser uma imagem deste acontecimento, mas de outro qualquer. Isto porque a fotografia retrata uma rua que teria sofrido um nivelamento em 1910 e, em 1919, já não era como a imagem documenta (Resende, 2019, pp. 297-298). E, para se avolumar à suspeita que recai sobre tal fotografia, apenas a segunda imagem – que mostra, em plano geral, a multidão que assistiu à reinstituição da república no mesmo local – é creditada, no caso a um fotógrafo aveirense, António Serafim.

Figura 11

Alegado contraste entre a proclamação da monarquia e da restauração da República



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 168. Créditos fotográficos da segunda imagem: António Serafim.

O número de 3 de março de 1919 da revista é fértil na identificação de “couceiristas” por meio da publicação dos seus retratos, individuais (Figura 12) ou coletivos, ainda que reforçando, com intuito tranquilizador, que vários deles já se encontravam presos. Ainda assim, na legenda do retrato coletivo, é destacada a utilização de armas e bombas pelo grupo, indicando que teriam representado perigo para o país. Com a publicação desses retratos, entre os quais se inclui a fotografia de corpo inteiro de Bento de Almeida Garrett (Figura 8), referindo que “foi preso com outros em Aveiro”, a *Ilustração Portuguesa* assume uma clara posição de denúncia pública das figuras apoiantes da Monarquia, tomando uma posição evidente e condicionando a percepção do leitor. “Um observador, ainda que seja obviamente alguém que vê, é acima de tudo alguém que vê um conjunto enunciado de possibilidades, alguém que está inserido num sistema de convenções e limitações” (Crary, 2017, p. 28).

Nesse número insere-se, também, uma fotografia (Figura 13) da destruição no Éden-Teatro do Porto, local que serviu de prisão monárquica, por uma furiosa turba republicana. A legenda da fotografia é elucidativa: o “povo destruindo, entre entusiásticas aclamações à República, o Éden-Teatro, onde esteve instalada a Nova Inquisição do breve reino” por aí terem sido “selvaticamente torturados”, com “barbarismo”, os republicanos que “caíram nas garras” dos monárquicos⁶. Inicia-se, no número de 3 de março da revista, uma longa sequência de sinalização, identificação e enaltecimento reconhecido dos “heróis da República”, por meio da publicação dos seus retratos, individuais e coletivos, que se prolongará até junho (Figura 14). Uma das razões que pode contribuir para explicar a longevidade da Monarquia do Norte na *Ilustração Portuguesa* seria a necessidade de publicar as dezenas de retratos individuais e coletivos dos triunfadores republicanos, que, em muitos casos, foram enviados pelos interessados à revista, conforme a própria relata, e que foram sendo inseridos ao longo do tempo, até porque não seria possível fazê-lo num único número. A publicação desses retratos, além de valorizarem, em última análise, a República, destacando os seus “heróis”, sintonizavam a revista com o seu público.

⁶ A historiografia mais recente apresenta de forma diferente os acontecimentos no Éden-Teatro (cf. Resende, 1919). Os boatos que circularam sobre o assassinato de republicanos no Éden-Teatro, por vezes ao som de piano, eram muitos deles falsos. Os “mortos” afinal estavam vivos. A senhora que foi acusada de tocar piano enquanto os presos eram torturados nem piano sabia tocar. Os “trauliteiros” acusados de torturarem republicanos, na verdade, atuaram quase sempre por vingança pessoal ou avidez. A própria Junta Governativa do Reino colocou fim aos abusos logo no final de janeiro.

Figura 12

Retratos identificadores de monárquicos*Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 161, 167.*

Figura 13

Destruição provocada no Éden-Teatro pelos republicanos, após o triunfo da República*Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 161. Créditos fotográficos: A. Sousa.*

Figura 14
Retratos de republicanos



1. Grupo de oficiais de artilharia de campanha, que tomaram parte no ataque às forças couceiristas que se haviam en- trincheirado em Lamego. Da esquerda para a direita, os srs. Dimas Aguiar, alferes; Fernando Lebre, tenente; e Raul da Costa Carvalho, alferes. De pé, os srs. Narciso Ribeiro, aspirante; José da Costa Jardim, Antonio Andrade, José Mota e Antonio d'Almeida, alferes.—(Chiclé do distinto fotografo sr. Antonio Gomes Mourão, de Lamego).—2. Francisco Ferreira Gazeo, alistado da I. M. P. n.º 10, de Coimbra, que foi colhido por um comboio proximo da estação de Coimbra B, quando se dirigia para um posto de vigilancia.—3. O major sr. Belisario Pimenta, comandante dos civis armados e das forças que defenderam va- lentamente a ponte de Angela sobre o Vouga, e das primeiras forças militares fiéis que entraram no Porto após a restauração da Republica.

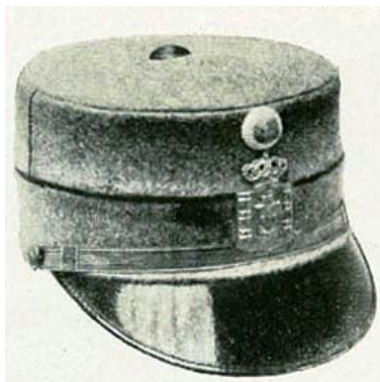
Nota. Ilustração Portuguesa, 1989e, p. 185. Créditos do retrato de grupo: António Gomes Mourão.

Entre a iconografia informativa usada pela *Ilustração Portuguesa* para cobrir a Monarquia do Norte encontram-se, também, reproduções de documentos e objetos curiosos (Figura 15), que contribuem para diversificar os pontos de abordagem do tema, e mesmo – como no caso do boné abandonado ou esquecido por Paiva Couceiro – para, de algum modo, entreter o leitor. O objeto deixado para trás provaria que o líder da intentona monárquica tinha abandonado tão rapidamente o Porto que nem sequer o boné levou.

Confrontada com a ausência de imagens que tivessem testemunhado os combates enquanto eram travados, a *Ilustração Portuguesa* recorreu, para a sua evocação simbólica, a imagens das suas consequências e do rescaldo dos acontecimentos, ou seja, imagens de substituição, mostrando, por exemplo, numa perspetiva de testemunho de vitória e elemento socialmente tranquilizador, elementos das forças republicanas posando, satisfeitos, com a tomada de posições e armamento aos monárquicos (Figura 16).

Figura 15

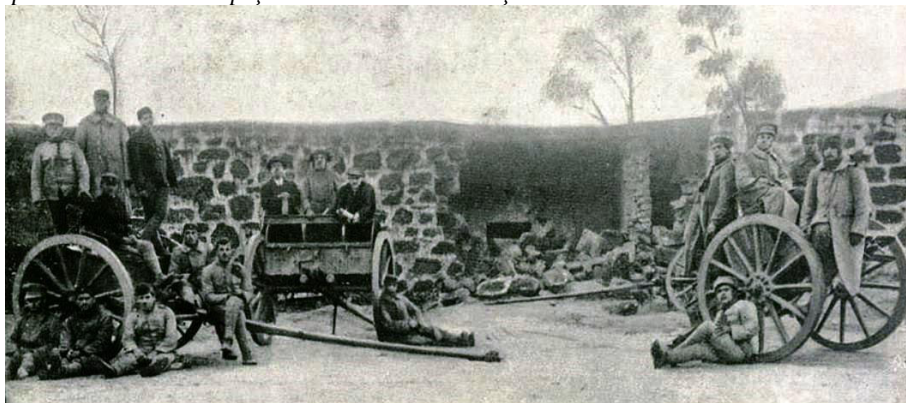
Boné alegadamente abandonado por Paiva Couceiro no Porto



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 164.

Figura 16

Republicanos posam para a câmara, em Lamego, onde, alegadamente, as forças monárquicas abandonaram peças de artilharia e munições



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 163. Créditos fotográficos: J. Gonçalves.

Os dados revelam que a Monarquia do Norte foi tema longo na revista. *A Ilustração Portuguesa* ecoou a relevância que os portugueses coevos deram ao assunto – afinal, durante mais de três semanas o norte de Portugal regressou, nominalmente, ao regime monárquico, mesmo que sem o endosso do rei deposto, D. Manuel II (Saraiva, 2003). Além disso, o triunfo da República significou o esgotamento da causa monárquica em Portugal, que, doravante, veio a ser sempre uma causa minoritária entre a população portuguesa. Essa seria uma das razões que levaram a revista a prolongar por vários números os ecos do

triumfo republicano, não apenas como a vitória do regime, mas também como um contributo para a ordem e estabilidade pelas quais os portugueses ansiavam.

Um dos sinais de que a *Ilustração Portuguesa* escolheu um lado para cobrir a Monarquia do Norte consistiu no destacamento de jornalistas para acompanhar as forças republicanas como enviados especiais. As lições da cobertura da Primeira Guerra Mundial tinham sido aprendidas, razão pela qual as Forças Armadas se mostraram receptivas aos jornalistas. Essa situação de *embedded journalism*⁷ fortalece os laços dos jornalistas com as tropas e previne, inclusive por autocensura, a difusão de notícias negativas sobre os militares.

Um dos elementos a se destacar na construção da narrativa sobre a intentona monárquica do Porto pela *Ilustração Portuguesa* é a sistemática omissão de fontes. Há apenas uma alusão parafraseada a uma afirmação do ministro da Justiça durante um comício republicano. O jornalista funcionou, na revista, como um *narrador onisciente*, sendo o discurso acompanhado pelas imagens fotográficas.

Afiando a análise, o levantamento terminológico da *Ilustração Portuguesa* prova que a revista marca, repetidamente, a oposição entre “monárquicos”, “revoltosos”, “trauliteiros”, “couceiristas”, “realistas”, “esses que se lançaram em uma aventura revolucionária” e “traíçoeiramente” se haviam introduzido no Porto, de um lado; e, de outro, “republicanos” e também “socialistas”, o povo do “Portugal republicano”, indivíduos cheios de “fé republicana”, de “fervoroso ardor” que tinham por aliados na “defesa da República”, da “garantia de nacionalidade”, o “Exército”, a “Marinha” e o “povo”, “bravos marinheiros”, “raça de heróis”.

No entanto, a *Ilustração Portuguesa*, ainda que assinalasse os triunfos republicanos e denegrise os monárquicos, em certos momentos esforça-se por, de algum modo, pairar, com certa independência, acima dos contendores. Foca-se a necessidade de resolver a “terrível luta”, o “constante desassossego”, a “longa série de perturbações trágicas para a vida nacional”, a “guerra civil”, a “fuzilaria”, o “espetáculo fratricida” e “sanguinolento”, para “levantar o país”, depois dos esforços feitos durante a Grande Guerra pela “causa do direito das gentes, da civilização e da humanidade”. Na expressão desses desejos, certamente ecoaria o que estava na mente da maioria dos portugueses: uma ânsia por ordem, tranquilidade, desenvolvimento e crescimento econômico.

Registre-se, aliás, que os textos verbais e visuais da *Ilustração Portuguesa* não são particularmente informativos. As palavras expressam, além da ideia de triunfo republicano, a vontade de viver com tranquilidade, numa sociedade justa e ordeira, e de reconstruir e pacificar o país. Mesmo as imagens fotográficas cumprem, sobretudo, uma função *ilustrativa* – aquelas que representam lugares de combates ou que foram ocupados por monárquicos, por exemplo,

⁷ O conceito de *embedded journalism* pode definir-se como a prática de colocar jornalistas dentro de unidades militares e sujeitos às autoridades militares durante um conflito.

também poderiam evocar, em outro contexto verbal, apenas aspetos bucólicos ou urbanos do país.

CONCLUSÕES

Os dados evidenciam que a hipótese de partida pode ser aceita. Ou seja, o discurso da *Ilustração Portuguesa*, fotográfico e verbal, alinou-se com os interesses do poder governamental republicano, que controlava a capital e a maioria do território do país. A revista não foi neutra na forma como orientou a construção de conhecimento sobre a Monarquia do Norte e as suas singularidades.

As circunstâncias específicas que se viviam em Lisboa, sede da revista, contribuem para explicar o tom pró-republicano do discurso. A revista não só não podia desafiar o poder estabelecido no lugar onde mantinha sua sede como também estava sujeita a pressões e censura. Ademais, pode-se apontar o fato de a revista *Ilustração Portuguesa* pertencer ao grupo do diário *O Século*, que, apesar de ser industrialmente organizado e independente (tinha, inclusive, redatores monárquicos, como o conhecido jornalista Rocha Martins), nascera como um jornal republicano, matriz ideológica que mantinha com mais ou menos vigor.

Nesse sentido, a *Ilustração Portuguesa*, mesmo depois da derrota da Monarquia do Norte, foi uma voz a mais na propaganda do regime republicano, difundindo, sob a forma de texto verbal e iconográfico, matérias que lhe eram favoráveis, objetivo para o qual dispôs da sua vasta rede de correspondentes e outros indivíduos que a abasteciam de informações sob a forma de texto verbal e imagens, principalmente de fotografias. Há que destacar, por um lado, a prática de fotógrafos profissionais e amadores que enviavam, voluntariamente, fotografias para a revista, com o fim de que estas fossem publicadas com os seus nomes nos créditos, resultando em notoriedade e distinção entre os seus pares. Podiam mesmo promover, por essa via, os seus negócios de fotografia. Por outro lado, pode-se destacar os indivíduos que enviavam à revista os seus próprios retratos, ou retratos em que apareciam, igualmente para criar notoriedade e diferenciação entre os seus pares, atitude que se pode enquadrar no conceito de *marketing pessoal*.

Concluiu-se, também, que a imagem foi usada, no contexto da cobertura da Monarquia do Norte pela *Ilustração Portuguesa*, não apenas por causa do seu valor *noticioso*, mas também pelo seu poder testemunhal, de prova, e ainda pela capacidade de evocar, lembrar e tornar presentes pessoas e situações, construindo o sentido de dever em quem partia em missão para defender a causa republicana e proteger o país dos “trauliteiros” monárquicos que, segundo representação visual da *Ilustração Portuguesa*, desestabilizavam a paz nacional.

A leitura das peças permite concluir que a revista enfatizou – e celebrou – o esforço unânime dos republicanos, civis e militares, liderados pelo Governo, na luta contra a intentona monárquica do norte. O lado que contou, para a *Ilustração Portuguesa*, foi o republicano. ■

REFERÊNCIAS

- Barthes, R. (1984). A mensagem fotográfica. In R. Barthes (Ed.), *O óbvio e o obtuso* (I. Pascoal, trad., pp. 13-25). Edições 70.
- Crary, J. (2017). *Técnicas do Observador* (N. Quintas, trad.). Orfeu Negro.
- Dias, C. M. (1923). *Entre precipícios... (Chronicas politicas dos ultimos tempos)*. Empreza Lusitana.
- Dominick, J. R., & Wimmer, R. D. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación: Una introducción a sus métodos*. Bosch.
- Dubois, P. (1992). *O Acto Fotográfico*. Vega.
- Elliot, P., & Golding P. (1988). News values and news production. In P. Marris, C. Bassett, & S. Thornham (Eds.), *Media studies: a reader* (pp. 635-647). Edinburgh University Press.
- Ferreira, D. (1984). Monarquia do Norte. In J. Serrão (Dir.). *Dicionário de história de Portugal: de Lisboa a Pário* (Vol. IV, pp. 331-332). Figueirinhas.
- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. (3a ed.). Vozes.
- Galtung, J. & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64-90.
- Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Insular.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.
- Ilustração Portuguesa. (1919a, 3 de fevereiro). (676), 79-106.
- Ilustração Portuguesa. (1919b, 10 de fevereiro). (677), 99-106.
- Ilustração Portuguesa. (1919c, 17 de fevereiro). (678), 119-146.
- Ilustração Portuguesa. (1919d, 3 de março). (680), 159-186.
- Ilustração Portuguesa. (1919e, 10 de março). (681), 179-206.
- Lima, C. (1919). *O reino da Traulitânia: 25 dias de reacção monárquica no Porto*. Renascença Portuguesa.
- Lima, H. (2012). *A imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte, & Centro de Investigação Media e Jornalismo.

- Magalhães, L. (1925). *Perante o tribunal e a nação: A Monarchia do Norte e o julgamento da junta governativa do reino*. Coimbra Editora.
- Magalhães, L. (1934). *A crise monarchica: Documentos para a história e liquidação de responsabilidades*. Lello & Irmão.
- Maidment, B. E. (1996). *Reading popular prints: 1790-1870*. Manchester University Press.
- Manique, A. P., & Proença, C. (1990). *Ilustração Portuguesa*. Alfa.
- Marques, A. H. O. (1973). *História de Portugal: Volume III – Das revoluções liberais aos nossos dias*. Ágora.
- Marques, A. H. O. (1995). *Breve história de Portugal*. Presença.
- Marques, A. H. O. (Dir.). (1978). *História da 1.ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Iniciativas Editoriais.
- Martins, R. (1922). *A Monarquia do Norte*. 2 volumes. Oficinas Gráficas do ABC.
- Matos, Á. C. (2014). The press in the First Portuguese Republic: constants and guiding principles (1910-1926). In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Orgs.). *A history of the press in the Portuguese-speaking countries*. Media XXI.
- Mattoso, J. (Dir.), & Ramos, R. (2001). *História de Portugal: a segunda fundação (1890-1926)*. Estampa.
- Oliveira, M. C. (1919). *Durante a monarquia dos trauliteiros (de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919) – Depoimento duma vítima*. Tipografia Sequeira.
- Peres, D. (1954). *História de Portugal: edição monumental*. Suplemento. Portucalense.
- Resende, N. (2019). A Monarquia do Norte (1919): um “ensaio retrato”. *Brotéria: Cristianismo e cultura*, 188 (2), 283-305.
- Ricoeur, P. (1987). *Teoria da Interpretação: O discurso e o excesso de significação*. Edições 70.
- Rodrigues, A. D. (1988). O acontecimento. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 9-16.
- Rollo, M. F. (Coord.). (2013). *Dicionário de História da I República e do republicanismo*. 3 volumes. Assembleia da República.
- Rollo, M. F., & Rosas, F. (Coords.). (2019). *História da Primeira República Portuguesa*. Tinta-da-China.
- Ramos, R. (Coord.), Monteiro, N. G., & Sousa, B. V. (2009). *História de Portugal*. A esfera dos livros.
- Santos, M. D. (2014). Monarquia do Norte. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da I República e do republicanismo* (Vol. II, pp. 991-995). Assembleia da República.

- Saraiva, J. H. (2003). *História de Portugal: A Primeira República – Do 5 de Outubro à crise partidária* (Vol. 8). Quidnovi.
- Scheufele, B. (2008a). Content analysis, qualitative. In W. Donsbach (Ed.). *The international encyclopedia of communication* (pp. 967-972). Blackwell.
- Scheufele, B. (2008b): Content analysis, quantitative. In W. Donsbach (Ed.). *The international encyclopedia of communication* (pp. 972-978). Blackwell.
- Serén, M. C. (2004). *Ilustração Portuguesa*. In F. Costa, & M. C. Serén. *Ilustração Portuguesa* (pp. 68-119). Centro Português de Fotografia.
- Silva, H. M. (2008). *Monarquia do Norte 1919*. Quidnovi.
- Sousa, J. P. (2000). *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Argos; Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (2013). *A Grande Guerra: Uma crónica visual – Parte I: Estudo do discurso em imagens da Ilustração Portuguesa sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015). *A Grande Guerra: Uma crónica visual – Parte II: A “Guerra Estrangeira”: Estudo do discurso iconográfico da “Ilustração Portuguesa” (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: Um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2020). *Para uma história do jornalismo iconográfico em Portugal: Das Origens a 1926*. Livros ICNOVA.
- Sousa, J. P. (2021). *Portugal – Pequena história de um grande jornalismo I: Da manufatura à indústria*. Livros ICNOVA.
- Souto, M. V. M. T. (1989). *A Monarquia do Norte e a imprensa: Uma análise* [Dissertação de mestrado, Ciências da Informação]. Universidade Católica Portuguesa.
- Villafañe, J. (2006). *Introducción a la teoría de la imagen*. Pirámide.

Artigo recebido em 7 de julho de 2023 e aprovado em 16 de fevereiro de 2024.